

1. Preâmbulo

O Regime Geral da Prevenção da Corrupção ("RGPC"), anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, exige às entidades abrangidas a adoção e implementação de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas ("PPR") que abranja, conforme dita aquele regime, toda a sua organização e atividade, incluindo áreas de administração, de direção, operacionais ou de suporte, e que contenha: a) identificação, análise e classificação dos riscos e das situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de administração e direção, considerando a realidade do setor e as áreas geográficas em que a entidade atua; e as b) medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados.

Nesta medida, a Vieira Pocargil, SA adota o presente PPR, considerando que é apta a responder às necessidades e proteger os interesses legais e comerciais da empresa às quais é aplicável, sendo também adaptável à atividade por esta desenvolvida. Para mais, por via da revisão e do constante acompanhamento que é desenvolvido perante toda a atividade desempenhada é possível garantir que este PPR será, quando necessário, devidamente reformulado e adaptado às exigências de então.

Este PPR deve ser interpretado em conjunto com o Código de Conduta e Código Ética e de Conduta Empresarial adotados e implementados.

2. Âmbito

De mais, é aplicável a toda a atividade por esta desenvolvida e a todos os seus colaboradores, devendo considerar-se para esse efeito todos os colaboradores/trabalhadores, membros da gerência, responsáveis de departamento, incluindo ainda estagiários ou outros que cooperem na sua atividade corrente.

3. Responsável pela execução do PPR

De forma a garantir que o PPR é prontamente cumprido e supervisionado, é designado como responsável geral pela execução do PPR, o já designado Responsável pelo Cumprimento Normativo da Vieira Pocargil, SA, Eng^a Patrícia Miranda, que o deve garantir, executar e apoiar.

Esta opção deve-se ao facto de a Vieira Pocargil, SA entender que o Responsável pelo Cumprimento Normativo, pela sua função, meios técnicos e humanos, é quem melhor acompanhará o PPR.

Nesta medida, o Responsável pelo Cumprimento Normativo, para efeitos de todo o Programa de Cumprimento Normativo adotado, onde se inclui o presente PPR, pode ser contactado, a todo o tempo, para o seguinte endereço de [e-mail: patricia.miranda@pocargil.pt](mailto:patricia.miranda@pocargil.pt).

4. Matriz de Riscos

A primeira fase de identificação de riscos comporta duas dimensões essenciais:
 Avaliação de todos os processos desempenhados pela empresa na sua normal atividade; e
 Categorização global de riscos eventualmente aplicáveis- Tabela1 - por referência ao artigo 3.º do RGPC e outros diplomas de extrema relevância, que permitem agrupar os riscos identificados e garante uma melhor correspondência quanto às medidas de mitigação encontradas para fazer face ao risco.

Tabela 1 - Categorização global de riscos

	TIPO DE RISCO	CONCEITO
CORRUPÇÃO	Corrupção ativa Artigo 374.º do Código Penal; e Artigo 9 º da Lei n.º 50/2017, de 31 de agosto	Quando alguém, por si, ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial que ao funcionário não seja devida, com o fim de conseguir um qualquer ato ou omissão contrário aos deveres do cargo.
	Corrupção passiva Artigo 8.º da Lei n.º 50/2017, de 31 de agosto	Quando o funcionário por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários ou não aos deveres do cargo e a vantagem não lhe for devida, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação.
INFRAÇÕES CONEXAS	Oferta indevida de vantagem Artigo 372.º do Código Penal	Quando alguém, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, no exercício das suas funções ou por causa dela.
	Tráfico de Influência Artigo 335.º do Código Penal	Quando alguém, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, nacional ou estrangeira.

INFRAÇÕES CONEXAS	<p>Branqueamento</p> <p>Artigo 368 °-A do Código Penal</p>	<p>Quando alguém:</p> <p>Converte, transfere, auxilia ou facilita alguma operação de conversão ou transferência de vantagens - obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente - provenientes da prática de um determinado conjunto de crimes precedentes, com o objetivo de dissimular a origem ilícita dessas vantagens, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal; ou</p> <p>Ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou titularidade das vantagens provenientes da prática de crimes precedentes, ou dos correspondentes direitos.</p> <p>Consideram-se crimes precedentes:</p> <p>Lenocínio;</p> <p>Abuso sexual de crianças ou de menores dependentes;</p> <p>Extorsão;</p> <p>Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;</p> <p>Tráfico de armas;</p> <p>Tráfico de órgãos ou tecidos humanos;</p> <p>Tráfico de espécies protegidas;</p> <p>Fraude fiscal;</p> <p>Tráfico de influência;</p> <p>Corrupção;</p> <p>Peculato;</p> <p>Participação económica em negócio;</p> <p>Administração danosa em unidade económica do sector público;</p> <p>Fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito;</p> <p>Infrações económico-financeiras cometidas de forma organizada, com recurso à tecnologia informática;</p> <p>Infrações económico-financeiras de dimensão internacional ou transnacional;</p> <p>Venda, circulação ou ocultação de produtos ou artigos contrafeitos; Crimes puníveis com pena de prisão de duração mínima superior a seis meses ou de duração máxima superior a cinco anos.</p>
	<p>Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção</p> <p>Artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro</p>	<p>Quem obtiver subsídio ou subvenção:</p> <p>Fornecendo às autoridades ou entidades competentes informações inexatas ou incompletas sobre si ou terceiros e relativas a factos importantes para a concessão do subsídio ou subvenção;</p> <p>Omitindo, contra o disposto no regime legal da subvenção ou do subsídio, informações sobre factos importantes para a sua concessão;</p>



INFRAÇÕES CONEXAS		Utilizando documento justificativo do direito à subvenção ou subsídio ou de factos importantes para a sua concessão, obtido através de informações inexatas ou incompletas.
	Desvio de subvenção, subsídio ou crédito bonificado Artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro	Quem utilizar: Prestações obtidas a título de subvenção ou subsídio para fins diferentes daqueles a que legalmente se destinam; Quem utilizar prestação obtida a título de crédito bonificado para um fim diferente do previsto na linha de crédito determinada pela entidade legalmente competente.
	Fraude na obtenção de crédito Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro	Quem ao apresentar uma proposta de concessão, manutenção ou modificação das condições de um crédito destinado a um estabelecimento ou empresa: a) Prestar informações escritas inexatas ou incompletas destinadas a acreditá-lo ou importantes para a decisão sobre o pedido; b) Utilizar documentos relativos à situação económica inexatos ou incompletos, nomeadamente balanços, contas de ganhos e perdas, descrições gerais do património ou peritagens; c) Ocultar as deteriorações da situação económica entretanto verificadas em relação à situação descrita aquando do pedido de crédito e que sejam importantes para a decisão sobre o pedido.
CONFLITOS DE INTERESSES	Contratação	Quando um interesse particular do colaborador concorra com o interesse que este tem de acautelar no desempenho das suas funções na empresa, e assim, possa interferir também com os interesses daquela.
PROTEÇÃO DE DENUNCIANTES	Denúncias de Infrações Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro	Inobservância do regime geral de denunciadores de infrações, que impõe, designadamente, a necessidade de implementar um canal de denúncia interna que garanta a exaustividade, integridade e conservação da denúncia, a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciadores, a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia, e o impedimento do acesso a pessoas não autorizadas.
ASSÉDIO	Combate ao Assédio Artigo 29.º do Código do Trabalho	Corresponde a um comportamento indesejado, nomeadamente baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

GLOBAL	Risco global	Corresponde a um risco que abrange todas as áreas do cumprimento normativo.
---------------	--------------	---

Partindo dos riscos identificados é feita uma correspondência entre a probabilidade e o impacto de tais riscos, a nível:

1. Financeiro;
2. Comercial;
3. Legal; e
4. Reputacional

Quer isto dizer, identificar-se-ão duas variantes:

Probabilidade: elevada, moderada ou reduzida - Tabela 2;

Impacto: elevado, moderado ou reduzido - Tabela 3.

Tabela 2 - Probabilidade

PROBABILIDADE	
REDUZIDA	O risco está associado a um processo esporádico.
MODERADA	O risco está associado a um processo pontual. Admite-se que possa vir a correr durante o ano em curso ou próximo.
ELEVADA	Quando o risco decorre de um processo frequente e corrente.

Tabela 3 - Impacto

IMPACTO	
REDUZIDO	O risco não apresenta potencial para causar prejuízos.
MODERADO	O risco pode comportar prejuízos e perturbar o normal funcionamento da empresa.
ELEVADO	O risco gera prejuízo à empresa.

Considerando a matriz acima apresentada, a cada cor correspondem - Tabela 4:

Tabela 4 - Correspondência cor/risco

DESCRIÇÃO	
	<ul style="list-style-type: none"> • Os riscos não apresentam, neste momento, uma verdadeira e/ou séria ameaça à empresa; • Os riscos devem ser monitorizados.
	<ul style="list-style-type: none"> • Os riscos exigem a monitorização, avaliação e eventual mitigação.
	<ul style="list-style-type: none"> • Os riscos são suscetíveis de causar elevados prejuízos reputacionais, comerciais, legais e/ou financeiros para a empresa; • Os riscos requerem uma intervenção.

As variáveis **PROBABILIDADE** e **IMPACTO** depois de definidas na correspondência cor/risco, permitem, a final, definir um grau de prioridade de tratamento a cada risco - Tabela 5 -, com as correspondentes medidas mitigadoras.

Significa, portanto, que é atribuindo:

- Ao risco elevado um grau elevado;
- Ao risco moderado um grau moderado; e
- Ao risco reduzido um grau reduzido.

Tabela 5 - Grau de prioridade de tratamento

DESCONFORMIDADE	DESCRIÇÃO DO GRAU DE PRIORIDADE
RISCO REDUZIDO	<ul style="list-style-type: none"> • Desconformidade de prioridade reduzida; • Risco reduzido ou risco inerente às atividades desenvolvidas pela empresa; • Necessidade de intervenção a longo prazo.
RISCO MODERADO	<ul style="list-style-type: none"> • Desconformidade que exige prioridade moderada; • Não é provável que ocorra ou está parcialmente mitigada; • Necessidade de intervenção a médio prazo.
RISCO ELEVADO	<ul style="list-style-type: none"> • Desconformidade que exige prioridade elevada; • Necessidade de intervenção imediata.

5. Medidas de Mitigação

Com base nos riscos identificados, analisados e devidamente classificados, no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas, a Vieira Pocargil, SA estabelece medidas de prevenção e correção - Tabela 6.

P O C A R G I L PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO
E INFRAÇÕES CONEXAS

— VIEIRA POCARGIL, S. A. —

Rev.0

Mod.205/A

Pág. 7/14

Tabela 6 - Medidas de prevenção e correção

DEPARTAMENTOS	PROCESSO	RISCO	EVENTO DE RISCO	CLASS. DO RISCO	MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Incumprimento do Código de Conduta da Vieira Pocargil, SA	Reduzido	Informar todos os colaboradores da Vieira Pocargil, SA da existência e importância do cumprimento do Código de Conduta; Partilhar o local de acesso ao Código de Conduta; Incentivar à leitura atenta do Código de Conduta e, sempre que necessário, esclarecer as dúvidas que possam existir junto do Responsável pelo Cumprimento Normativo.
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Falta de monitorização do cumprimento do Código de Conduta	Reduzido	Atentar no cumprimento do Código de Conduta. Elaborar um relatório sempre que for cometida alguma infração ao Código de Conduta que tem de conter, pelo menos: A identificação das regras violadas; e A(s) sanção(ões) aplicada(s).
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Não publicitação do Código de Conduta sempre que se operar uma revisão	Reduzido	Sempre que se operar uma revisão do Código de Conduta, assegurar a devida publicitação, no prazo máximo de 10 dias a contar daquela. Informar todos os colaboradores da ocorrência da revisão, da disponibilização do Código de Conduta e local de consulta.
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Falta de revisão e monitorização do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	Reduzido	Revisão do PPR a cada três anos, obrigatoriamente. Revisão do PPR sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura organizativa ou societária. Monitorizar o PPR através da: Elaboração do Relatório de Avaliação Intercalar, em outubro, referente às situações de risco elevado; Elaboração do Relatório de Avaliação Anual, em abril, contendo: i) a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas; e ii) a previsão da plena implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Não publicitação do PPR e dos Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual	Reduzido	Assegurar a publicitação do PPR, 10 dias após a sua implementação. Informar todos os seus colaboradores da publicitação do PPR, da sua disponibilização e local de consulta. Sempre que se operar uma revisão do PPR, assegurar a publicitação, no prazo de 10 dias a contar da revisão. Informar todos os colaboradores da ocorrência da revisão, disponibilização e local de consulta.

P O C A R G I L

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Mod.205/A

Pág. 8/14

Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Inexistência de controlo da atividade	<p>Reduzido</p>	<p>1. Implementação de mecanismos de monitorização da atividade desenvolvida pela empresa, no âmbito da prevenção corrupção e infrações conexas, tais como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questionários aleatórios a todos os departamentos sobre a efetivação das medidas consagradas neste PPR com: i) identificação do departamento; ii) dificuldades sentidas na eficácia da(s) medida(s) em causa; e iii) periodicidade da sua aplicação; - Relatórios concretos de monitorização do PPR, conforme definido neste PPR em fase própria; - Relatórios de infrações, conforme definido no Código de Conduta da Vieira Pocargil, SA; - Auditorias com avaliação de: i) todos os departamentos; ii) de todos os instrumentos adotados no âmbito da prevenção da corrupção, nomeadamente os que se apresentam como medidas mitigadoras neste PPR; e iii) da eficácia e cumprimentos dos mencionados instrumentos, que servem, no seu conjunto, para perceber se as medidas aqui mencionadas são suficientes e dos quais resultam medidas corretivas ou de aperfeiçoamento necessárias.
Vieira Pocargil, SA	Transversal a todos os processos	Corrupção e Infrações Conexas	Não adequação do Programa de Formação de Corrupção e Infrações Conexas e falta de registo das presenças	<p>Reduzido</p>	<p>1. Ministar o Programa de Formação contínua para a área da prevenção da Corrupção;</p> <p>2. Registo das Ações de Formação, com as presenças dos colaboradores, bem como a data, sumário e a entidade formadora, conservando o mesmo registo.</p>
Vieira Pocargil, SA Departamento da Qualidade, Ambiente e Segurança Departamento Administrativo / Financeiro	Estabelecimento de relações de negócios com terceiros que atuam em seu nome, fornecedores e clientes	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Incumprimento da avaliação do risco, relativamente a clientes, fornecedores e outros terceiros previamente ao estabelecimento da relação de negócio	<p>Reduzido</p>	<p>1. Seguir o Procedimento de Avaliação Prévia do Risco e os respetivos Formulários de Avaliação Prévia que sejam aptos a permitir a identificação dos beneficiários efetivos, dos riscos em termos de imagem e reputação, bem como das relações comerciais com terceiros, a fim de identificar possíveis conflitos de interesse;</p> <p>2. Divulgar o Procedimento junto dos colaboradores que estabelecem as relações de negócio</p>

POCARGIL PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

— VIEIRA POCARGIL, S.A. —

Mod.205/A

Pág. 9/14

	Estabelecimento de relações de negócio com fornecedores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Inexistência de controlo das compras aos fornecedores.	Reduzido	1. Garantir que quem faz Compras cumpra devidamente o Procedimento de Avaliação Prévia, na aquisição das compras. 2. Garantir que quem faz Compras cumpre devidamente a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses, na parte que remete ao Procedimento identificado no número acima, na aquisição das compras. 3. Garantir que quem faz Compras cumpre devidamente a Política de Pagamentos e Recebimentos
Vieira Pocargil, SA	Relações de negócios com fornecedores	Transversal	Falta de divulgação adequada do Código de Conduta de Fornecedores	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar o Código de Conduta dos Fornecedores junto destes; 2. Explicar a importância do Código de Conduta dos Fornecedores junto destes; 3. Disponibilizar para o esclarecimento de dúvidas.
Vieira Pocargil, SA Departamento da Qualidade, Ambiente e Segurança Departamento Administrativo / Financeiro	Estabelecimento de relações de negócios	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Incumprimento da obrigatoriedade de reportar a existência de conflitos de interesses por parte de clientes, fornecedores e terceiros que atuem em nome da Vieira Pocargil, SA	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seguir a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses adotada pela Vieira Pocargil, SA que permite gerir a identificação das situações de potenciais conflitos de interesses, por referência ao Procedimento de Avaliação Prévia do Risco quanto a clientes, fornecedores e terceiros que atuem em nome da Vieira Pocargil, SA. 2. Divulgar a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses e o Procedimento de Avaliação Prévia junto dos colaboradores da Vieira Pocargil, SA; 3. Sempre que haja admissão de colaboradores deve observar a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses. 4. Incentivar os colaboradores a uma leitura atenta da Política.
Vieira Pocargil, SA Departamento de Gestão de Recursos Humanos	Recrutamento e seleção Relações com colaboradores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Incumprimento da obrigatoriedade genérica de reportar a existência de conflitos de interesses por parte de colaboradores (com relação a outros colaboradores, clientes, concorrentes, fornecedores e outros parceiros).	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seguir a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses e as respetivas. Declarações de Inexistência de Conflitos de Interesses, que permite identificar a existência de um conflito de interesses real ou meramente aparente por parte de potenciais colaboradores e colaboradores da Vieira Pocargil, SA, definindo o respetivo tratamento. 2. Divulgar a Política de Prevenção de Conflitos de Interesses junto dos colaboradores da Vieira Pocargil, SA; 3. Incentivar os colaboradores a uma leitura atenta da Política.

POCARGIL PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

— VIEIRA POCARGIL, S.A —

Mod.205/A

Pág. 10/14

Departamento de Gestão de Recursos Humanos Vieira Pocargil, SA	Recrutamento e seleção Relação com colaboradores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Possibilidade de evitar a obrigatoriedade genérica de reportar a existência de conflitos de interesses por parte de colaboradores (com relação a outros colaboradores, clientes, concorrentes, fornecedores e outros parceiros), quando contratam com trabalhadores temporários	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar as medidas suprarreferidas; 2. Reforçar a importância do cumprimento da Política de Prevenção de Conflitos de Interesses quando contratam com trabalhadores temporários.
Vieira Pocargil, SA Departamento de Gestão de Recursos Humanos	Relação com colaboradores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Avaliação irregular em favorecimento/prejuízo de colaboradores	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cumprimento escrupuloso do Código de Conduta e da Política de Prevenção de Conflitos de Interesses. 2. Acompanhamento e supervisão do cumprimento do Código de Conduta e Política de Prevenção de Conflito de Interesses.
Vieira Pocargil, SA Departamento Administrativo / Financeiro	Relações de negócios com fornecedores e clientes	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Inexistência de regras formais escritas sobre o modo de efetuar pagamentos e recebimentos	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seguir a Política de Pagamentos e Recebimentos que define: <ul style="list-style-type: none"> • A assunção do compromisso de pagamento e recebimento; e • A realização dos pagamentos e recebimentos, preferencialmente, por transferência bancária. 2. Divulgar a Política de Pagamentos e Recebimentos junto de todos os colaboradores relevantes.
Vieira Pocargil, SA Departamento Administrativo / Financeiro	Estabelecimento de relações de negócios com fornecedores, clientes e terceiros que ajam em seu nome	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Pagamento a fornecedores, clientes e terceiros com o objetivo de obter determinado negócio	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar cumprimento ao Procedimento de Avaliação Prévia e à Política de Pagamentos e Recebimentos. 2. Ações de sensibilização para fazer compreender a todos os colaboradores os prejuízos negativos e as consequências desse ato. 3. Dar transparência ao processo de seleção de fornecedores, clientes e terceiros.

POCARGIL PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Mod.205/A

Pág. 11/14

Vieira Pocargil, SA Departamento Administrativo / Financeiro	Relações com clientes e fornecedores	Corrupção e Infrações Conexas	Não registar/controlar o movimento de inventários	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Controlo da movimentação de inventários, através da segregação de funções e responsabilidades. 2. Avaliação periódica da eficácia do controlo implementado
Vieira Pocargil, SA	Relação com colaboradores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Divulgação de informações reservadas/confidenciais	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação do Código de Conduta. 2. Ações de sensibilização sobre a não divulgação de informação reservada e/ou confidencial. 3. Segregação dos colaboradores que acedem a informação reservada e/ou confidencial.
Vieira Pocargil, SA	Denúncia de Infrações	Corrupção e Infrações Conexas Violação de direitos de denunciantes Violação de dados pessoais	Incumprimento da Política de Tratamento de Denúncias e de Não Retaliação e da Política de Privacidade do Canal de Denúncias	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilizar para o esclarecimento de questões; 2. O Responsável pelo Cumprimento Normativo deve assegurar que a Política de Tratamento de Denúncias e de Não Retaliação é adequadamente cumprida, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • A forma de funcionamento do canal de denúncia; • O fluxo adequado de recebimento e tratamento de denúncias; e • A garantia de não retaliação contra os denunciantes de boa-fé. 3. O Responsável pelo Cumprimento Normativo deve assegurar que a Política de Privacidade do Canal de Denúncias é cabalmente cumprida, nomeadamente: <p>As finalidades do tratamento dos dados recolhidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prazo de conservação; • Os direitos dos titulares; • As categorias de dados; e • As medidas de segurança.
Vieira Pocargil, SA	Denúncia de Infrações	Corrupção e Infrações Conexas Violação de direitos de denunciantes Violação de dados pessoais	Falta de monitorização do Canal de Denúncias	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar a monitorização do Canal de Denúncias através da preparação do Relatório Anual no âmbito do seu funcionamento.

POCARGIL PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Mod.205/A

Pág. 12/14

Vieira Pocargil, SA	Denúncia de Infrações	Corrupção e Infrações Conexas Violação de direitos de denunciante Violação de dados pessoais	Não adequação do Programa de Formação no âmbito do Canal de Denúncias e falta de registo das presenças	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registo das Ações de Formação, com registo das presenças dos colaboradores, bem como a data, sumário e a entidade formadora, conservando o mesmo registo.
Vieira Pocargil, SA	Contratação Pública	Conflitos de interesses	Inexistência dos procedimentos e outros mecanismos adotados no âmbito da Corrupção e Infrações Conexas	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar os procedimentos e outros mecanismos adotados no âmbito da Corrupção e Infrações Conexas.
Vieira Pocargil, SA	Relação com clientes e fornecedores	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Não identificação de situações de incumprimento contratual.	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar e supervisionar a atividade desenvolvida durante todo o tempo contratual. 2. Solicitar feedback ao cliente ou fornecedor.
Vieira Pocargil, SA	Relação com clientes	Corrupção e Infrações Conexas Conflitos de Interesses	Insuficiência da qualidade dos serviços prestados aos clientes	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ações de sensibilização junto dos colaboradores que prestam diretamente serviços aos clientes. 2. Acompanhamento e controlo da prestação de serviços aos clientes.
Vieira Pocargil, SA	Gestão de equipamentos e frota	Corrupção e Infrações Conexas	Inadequada gestão dos equipamentos e frota automóvel	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização periódica dos equipamento e frota. 2. Relatórios periódicos sobre o estado dos equipamentos e frota. 3. Registrar qualquer compra e venda de equipamentos e frota. 4. Conservar sempre os registos.
Vieira Pocargil, SA	Gestão de equipamentos	Corrupção e Infrações Conexas	Inadequada gestão dos equipamentos de trabalho	Reduzido	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização periódica 2. Relatórios periódicos sobre o estado dos equipamentos. 3. Registrar qualquer compra e venda de equipamentos. 4. Conservar sempre os registos.



5. Responsabilidade pelo Incumprimento

O não cumprimento das medidas determinadas no presente PPR implica as seguintes consequências:

- Os colaboradores, com vínculo laboral, ficam sujeitos ao correspondente procedimento disciplinar, constituindo a violação deste Plano e demais documentos relevantes uma infração disciplinar;
- Os membros dos órgãos sociais, pelas violações perpetradas ao presente Plano e demais documentos relacionados, ficam sujeitos à avaliação do Responsável pelo Cumprimento Normativo, que analisa situação ocorrida e propõe a adoção das medidas que entenda ajustadas.

Além do referido, poderá ser aplicável a responsabilidade civil e/ou financeira, conforme os requisitos legais, bem como a responsabilidade penal, estabelecido nos diplomas legais relevantes, pelo cometimento de crimes de corrupção e infrações conexas, conforme detalhadamente descrito no Código de Conduta da Vieira Pocargil, SA, para o qual se remete a leitura, disponível no site oficial.

6. Monitorização

A monitorização do presente PPR é da responsabilidade do Responsável pelo Cumprimento Normativo, nos seguintes termos, conforme o disposto no RGPC:

1. Elaboração, no mês de outubro, do Relatório de Avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado;
2. Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de Relatório de preventivas e corretivas identificadas; e ii) previsão da plena implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas.

7. Revisão

A revisão deste PPR é da responsabilidade do Responsável pelo Cumprimento Normativo, nos seguintes termos:

1. A cada três anos, obrigatoriamente; e
2. Sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica da Vieira Pocargil, S.A. que justifique a revisão dos seguintes elementos: i) as áreas de atividade com risco de prática de atos de corrupção e infrações conexas; ii) riscos identificados, analisados e classificados; iii) situações que possam implicar exposição a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de

administração e direção, considerando a realidade do setor e as áreas geográficas; iv) probabilidade de ocorrência e o impacto previsível de cada situação, de forma a permitir a graduação dos riscos; v) medidas preventivas e corretivas implementadas para reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados; vi) medidas de prevenção mais exaustivas, com prioridade na respetiva execução, nas situações de risco elevado; vii) designação do Responsável geral pela execução; viii) designação do Responsável pelo Cumprimento Normativo.

8. Esclarecimento de Dúvidas

Sempre que algum colaborador tiver dúvidas sobre a aplicação e/ou interpretação deste PPR e das suas medidas, deve remetê-las ao Responsável pelo Cumprimento Normativo que a analisa e emite, se houver necessidade, um parecer de esclarecimento.

9. Publicidade

O PPR da Vieira Pocargil, SA é consultável, a todo o tempo, por qualquer interessado.

É dada a devida publicação na página de internet e na rede de intranet, bem como aos Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual, quando elaborados.

Após cada revisão, se se verificar alguma alteração, ainda que mínima, dar-se-á a devida publicidade conforme descrito acima.

Para todos os efeitos, a publicidade dos referidos documentos é da responsabilidade do Responsável pelo Cumprimento Normativo designado pela Vieira Pocargil, SA.

P O C A R G I L
— VIEIRA POCARGIL, S.A. —
O Administrador

APROVADO: _____

DATA DA APROVAÇÃO: 06 / 01 / 2025